

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/2294	3068/2026	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCF - DCP [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Procedimento: Adjudicação de serviços de seguros de responsabilidade civil - CP/43/25 /DCP

Assunto: Proposta de decisão de adjudicação

Nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea f), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete ao órgão executivo a decisão de adjudicação de empreitadas e de contratos de aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe esteja cometida.

Face ao exposto, e concluído o procedimento para aquisição de serviços de seguros de responsabilidade civil, submete-se à apreciação e deliberação do órgão executivo a aprovação das seguintes decisões, nos termos do Código dos Contratos Públicos:

1. Decisão de adjudicação e notificação da adjudicação, nos termos dos artigos 76.º e 77.º do CCP;
2. Redução do contrato a escrito, conforme previsto no artigo 94.º do CCP;
3. Aprovação da minuta do contrato a celebrar, ao abrigo do artigo 98.º do CCP;
4. Apreciação e aprovação do Relatório Final do procedimento, nos termos do artigo 124.º do CCP.

Mais se propõe que, uma vez deliberado, se proceda às notificações legais e às formalidades subsequentes à celebração do contrato.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO



À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE




Parecer

Nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é competência do órgão executivo a adjudicação de empreitadas e de aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba.

21/01/2026**Despacho**

Com fundamento na presente informação concordo com as propostas constantes do ponto 3.º da presente informação. Nos termos do n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro deve a mesma ser submetida a devida adjudicação ao órgão executivo, na próxima reunião de câmara.

O Presidente da Câmara,


(João Rodrigues)
21/1/26

1. Informação**Data**

21/01/2026

2. Dados Procedimento

N.º Procedimento	Preço base (s/ IVA)	Preço adjudicado (s/ IVA)	Prazo execução
CP/43/25/DCP	219.000,00€	180.000,00€	11 meses
Objeto	Aquisição de serviços de seguros de responsabilidade civil		
CPV	66516400-4 Serviços de Seguros de Responsabilidade Civil		

3. Projeção Plurianual dos Compromissos (valores s/IVA)

Ano 2026	Ano 2027	Ano 2028	Ano 2029	Seg.s	TOTAL
180.000,00€	-	-	-	-	180.000,00€

4. Propostas de aprovação

- Decisão de adjudicação e notificação de adjudicação (76.º e 77.º);
- Redução do contrato a escrito (94.º);
- Aprovação da Minuta do contrato a escrito (98.º);
- Relatório Final (124.º).

5. Órgão competente

Nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, é competência da Câmara Municipal autorizar despesas de valor superior a 748.196,85€.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

6. Abertura do procedimento

Por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de 22 de dezembro de 2025 foi autorizada a abertura do procedimento

7. Prorrogação dos prazos de apresentação das propostas

Em cumprimento com o disposto no artigo 64º do CCP, no procedimento em causa não houve necessidade de efetuar a prorrogação do prazo fixado para a apresentação de propostas.

8. Pedidos de esclarecimentos

Durante o prazo estipulado no n.º 1 artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, não foram solicitados esclarecimentos sobre a interpretação das peças do procedimento.

9. Erros e omissões

Não foi apresentada lista de erros e omissões nos termos do artigo 50º do CCP.

10. Apresentação de propostas

No dia 13 de janeiro de 2026, procedeu-se à abertura das propostas apresentadas pelas seguintes entidades:

Propostas Recebidas (6)

Admitidas (0) Qualificadas (0) Desqualificadas (0)
Visualizar lista: [Por propostas/candidaturas](#) [Por estado](#)

Referência	Fornecedor	Data de Entrega
202601121826	Willis - Corretores de Seguros, S.A.	12-01-2026 18:33:00 +00:00 UTC
Proposta Fidelidade_RC120126	Fidelidade - Companhia de Seguros, SA	12-01-2026 17:56:19 +00:00 UTC
MBraga_GS_RC	Generali Seguros, S.A.	12-01-2026 17:34:11 +00:00 UTC
Caravela - Braga	CARAVELA, Companhia Seguros, SA	12-01-2026 09:56:50 +00:00 UTC
ID 5229	Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	11-01-2026 17:13:49 +00:00 UTC
202601081430	MDS, Corretor de Seguros, S.A.	08-01-2026 14:31:34 +00:00 UTC

Das propostas apresentadas são consideradas as seguintes **não propostas**:
CARAVELA Companhia de Seguros SA; LUSITANIA COMPANHIA DE SEGUROS, S.A., Willis
- Corretores de Seguros, S.A; MDS, Corretor de Seguros, S.A

11. Análise, avaliação e ordenação das propostas apresentadas

No dia 13 de janeiro de 2026, o júri do procedimento reuniu para analisar e avaliar as propostas apresentadas e elaborar o relatório preliminar, o qual foi submetido a audiência prévia no dia 13 de janeiro de 2026, pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis, não tendo nenhum dos concorrentes se pronunciado, nesta sede.

12. Proposta de adjudicação

De acordo com o relatório final, de 21 de janeiro de 2026, o júri deliberou, por unanimidade, propor a adjudicação da proposta ao concorrente **Generali Seguros, S.A.,**.

13. Caução

Considera-se, face ao valor e de acordo com o previsto no convite/programa de concurso, que não deve ser exigida caução nem deve proceder-se à retenção nos pagamentos,

14. Redução do Contrato a escrito

14.1. Exigível

Fundamentação de Direito	De acordo com o disposto no artigo 94.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP, é exigível a redução do contrato a escrito, "quando se trate de contrato de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços cujo preço contratual exceda os 10.000,00€.
---------------------------------	---

Fundamentação de Facto	No caso concreto, o preço contratual é de 180.000,00€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo que é exigível a redução do contrato a escrito.
-------------------------------	--

14.2. Prazo de Suspensão

14.2.1. Não Aplicável

Fundamentação de Direito	<p>De acordo com o n.º 2 do artigo 104º, o prazo de 10 dias de suspensão para a outorga do contrato, decorridos data da notificação de adjudicação a todos os concorrentes e a outorga, não é aplicável quando:</p> <ul style="list-style-type: none">a) O contrato tenha sido celebrado ao abrigo de um procedimento de ajuste direto ou de consulta prévia ou, nos demais procedimentos, quando o anúncio não tenha sido publicado no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE);b) Se trate da celebração ao abrigo de acordo-quadro cujos termos abranjam todos os seus aspetos ou que tenha sido celebrado apenas com uma entidade;c) Tenha sido apresentada apenas uma proposta.
Fundamentação de Facto	No caso concreto, o procedimento não foi publicado no JOUE, uma vez que foi adotada o CP, pelo que o prazo de suspensão não é aplicável.

15. Outorga do Contrato

No âmbito do Município de Braga, e em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 106.º do CCP e na alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, **competem ao Presidente da Câmara Municipal a representação do Município na outorga dos contratos públicos**, salvo disposição legal em contrário ou delegação expressa de competências.

16. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

Face ao disposto no art.º 81º do CCP, alterado pelo D.L. 278/2009, de 2 de outubro, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação foi fixado no nº 29 do programa de concurso **(5 dias após a notificação da adjudicação)**.

17. Compromisso

N. Sequencial 132786